



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2019

PROCESSO Nº 7353/2018

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MONITORES

FORNECEDOR: RPC INFORMÁTICA LTDA.

PREÂMBULO

Aos 26 dias do mês de agosto de 2019, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, doravante denominada **DPESP**, localizada na Rua Boa Vista nº 200, Centro, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.036.157/0001-89, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos estaduais nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, e Decreto Estadual nº 63.722, de 21 de setembro de 2018 e dos Atos Normativos DPG nº 90, de 05 de agosto de 2014, e DPG nº 100, de 23 de outubro de 2014, e das demais disposições pertinentes, sendo neste ato representada pelo Coordenador Geral da Administração, Dr. Luiz Antônio Silva Bressane, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019**, para Registro de Preços, por deliberação do PREGOEIRO datada de 22/07/2019, homologada por ato da autoridade competente, conforme consta do Processo nº 7353/2018, devidamente publicado no Diário Oficial, **RESOLVE** registrar os preços visando a aquisição de monitores, cujas descrições detalhadas encontram-se no Anexo I do Edital, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela proponente classificada em 1º lugar no certame acima numerado, conforme disposto na Cláusula Sexta.

EMPRESA CLASSIFICADA EM 1º LUGAR – DETENTORA DA ATA:

Nome: RPC INFORMÁTICA LTDA. – EPP

CNPJ: 65.622.946/0001-35

Representante: Marcos Antônio Conte Bracco CPF: 134.572.578-76

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, nº 4.857, sala 12, Bairro Santana – CEP: 02401-400 – São Paulo/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1- Pela presente Ata de Registro de Preços, a Detentora obriga-se a fornecer à DPESP o item descrito no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta ARP.

1.2- O recebimento dos produtos fica condicionado à comprovação das características técnicas, condições de fornecimento, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

    1



CLÁUSULA SEGUNDA – CONTRATAÇÃO

2.1- O ajuste decorrente desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será formalizado por meio de assinatura de Instrumento de Contrato.

2.1.1- Se, por ocasião da assinatura do Instrumento de Contrato, as certidões de regularidade previstas no item 7.1.2 do Edital, estiverem com o prazo de validade vencido, o órgão gerenciador verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

2.1.2- Se não for possível a atualização por meio eletrônico hábil de informações, a detentora da Ata será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação de certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

2.2- A Detentora será convocada para assinar o Instrumento de Contrato, decorrente do Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da convocação expedida pela DPESP, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

2.3- É obrigatório o atendimento de todos os pedidos concretizados durante a validade da ATA, inclusive para aqueles cuja entrega esteja prevista para data posterior à da sua validade.

2.4- Quando a empresa registrada, convocada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, não apresentar a situação regular de acordo com o item 7.1.2 do Edital, ou se recusar a assinar o Instrumento de Contrato, será convocada outra licitante com preço registrado, na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação e atendimento de seu objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1- Os monitores deverão ser entregues pela Detentora em conformidade com as especificações do Termo de Referência, as condições do Edital e da sua proposta.

3.2- A Detentora compromete-se a comunicar à DPESP, antecipadamente, a data e horário da entrega dos materiais, não sendo aceitos os que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital).

3.3 - A Detentora responsabilizar-se-á por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

3.4- Não será permitida a entrega parcelada do objeto licitado/contratado, que deverá ocorrer em sua totalidade em uma única oportunidade para cada pedido efetuado pela Administração.

3.5- A detentora deverá encaminhar à DPESP, por ocasião do término de cumprimento de cada fornecimento, as respectivas Notas Fiscais.





3.6- O prazo para entrega dos monitores será de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação para fornecimento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

3.7 - Os monitores deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, situado na Rua Coronel Albino Bairão, nº 154, CEP 03054-020, Belenzinho, Capital Paulista, de 2ª a 6ª feira, mediante agendamento prévio junto aos senhores André Conti Nogueira ou Guilherme Henrique Kollar, os quais poderão ser contatados pelo telefone (11) 3101-9657, ou ainda pelo e-mail institucional dlo@defensoria.sp.def.br.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - O objeto da presente Ata de Registro de Preços será recebido provisoriamente em até 07 (sete) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, no local e endereço indicados no subitem 3.7, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

4.2 - Por ocasião da entrega, a Detentora deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Órgão Gerenciador responsável pelo recebimento.

4.3- Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Órgão Gerenciador poderá:

a. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1. na hipótese de substituição, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1. na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

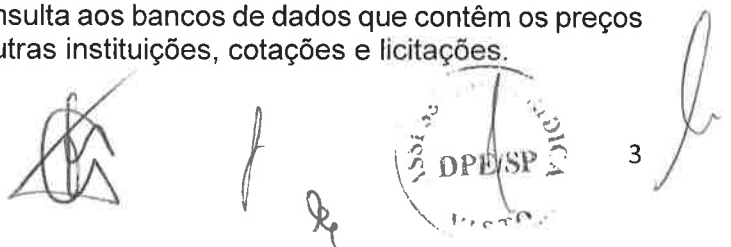
4.4- O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1- O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses improrrogáveis, contados da data de sua publicação.

5.2- A gestão da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Coordenadoria de Coordenadoria de Tecnologia da Informação, da DPESP, que controlará e fiscalizará a execução do fornecimento, bem como a regularidade da documentação pertinente, visando garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Detentora.

5.3- A Coordenadoria de Tecnologia da Informação, monitorará os preços registrados através de pesquisa de preços periódica, consulta aos bancos de dados que contêm os preços dos produtos, trocas de informações com outras instituições, cotações e licitações.

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there is a smaller signature. To the right, there is a circular stamp with the text 'DPE/SP' and 'CATEGORIA' visible. Further right, there is a handwritten number '3' and another signature.



5.4- Durante o prazo de validade da ATA inexistirá obrigatoriedade, por parte da DPESP, de proceder as aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba à Detentora indenização ou recurso, assegurada preferência a esta tão-somente em igualdade de condições.

5.5- Durante a vigência da Ata de Registro de Preços fica também garantido a Defensoria Pública do Estado de São Paulo o direito de cancelá-la se verificar quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Detentora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1- O preço registrado na presente ATA é o apresentado pela licitante cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no Edital, a saber:

1ª Classificada – Detentora: RPC Informática Ltda. – EPP

Quantidade: 250 (duzentas e cinquenta) unidades

Valor unitário: R\$ 646,00 (seiscentos e quarenta e seis reais)

Valor total: R\$ 161.500,00 (cento e sessenta e um mil e quinhentos reais)

6.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo), cabendo ao gerenciador da ata, promover pesquisa prévia de preço que revele a conveniência da contratação.

6.3- Por ocasião do fornecimento decorrente desta ATA, observar-se-ão, também quanto ao preço, as previsões do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento.

6.4- Sempre que os preços registrados estiverem acima dos valores praticados pelo mercado, a Detentora será convocada pela **DPESP** com a finalidade de negociar a redução dos valores para adequá-los à realidade do mercado.

6.5- Os preços registrados são fixos e irreajustáveis, salvo nos casos de redução dos preços mediante pesquisa periódica a ser realizada pelo gestor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1- Para efeito do pagamento, a Contratada encaminhará ao Setor de Protocolo da Coordenadoria Geral de Administração, localizada na Rua Líbero Badaró, 616, 7º andar, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

7.2- Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999), contado da data de entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão indicado no subitem anterior e a vista do Termo de Recebimento Definitivo.

7.3- As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 7.2 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções, a vista do Termo de Recebimento Definitivo.





7.4- O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

7.5- Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74, da Lei Paulista de Contratos Administrativos, bem como juros moratórios, estes à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", em relação ao atraso verificado.

7.6- Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no "CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização dos pagamentos.

7.7- Os preços são fixos e irredutíveis, salvo nos casos de redução dos preços mediante pesquisa periódica a ser realizada pelo gestor.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas nos artigos 20 e 21, do Decreto estadual nº 63.722, de 21 de setembro de 2018.

8.2- O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.2.1- Pela Administração quando a Detentora:

a) não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b) deixar de firmar o contrato ou não retirar o documento equivalente no prazo estipulado pela DPESP, de forma injustificada;

c) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, em sua atual redação;

d) não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Geral de Licitações; e

f) for suspensa temporariamente ou impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

g) sofrer suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2.2- A pedido da Detentora ou em razão de interesse público, mediante solicitação por escrito, no caso de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados ou justificados.

8.2.3- O cancelamento será precedido de processo administrativo, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.2.4- A comunicação do cancelamento do preço registrado, no caso previsto no subitem 8.2.1, será feita pessoalmente ou por escrito, juntando-se o comprovante nos autos.

The bottom of the page features several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from the DPESP (Departamento de Preços e Serviços Públicos) and contains the text 'DEPARTAMENTO DE PREÇOS E SERVIÇOS PÚBLICOS' and 'DPESP'. To the right of the stamp is the number '5' and another signature.



8.2.5- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico, www.defensoria.sp.def.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir de então.

8.2.6- A solicitação da Detentora para cancelamento de preço registrado, que deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não a desobriga o fornecimento, até a decisão final da Administração, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório (Cláusula Nona), caso não aceitas as razões do pedido.

8.2.7- Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para as aquisições constantes do Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1. A inexecução total ou parcial do contratado, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 78 ensejará a rescisão na forma definida no artigo 79, acarretando as consequências enumeradas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88, do mesmo diploma legal.

9.1.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, III da Lei Geral de Licitações acarreta ao punido a impossibilidade de participar de licitações e celebrar contratos não só com o órgão sancionador, mas também com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes da Federação (Súmula nº 02 da AJ, publicada no DOE de 03/09/2014).

9.2. A CONTRATADA sujeita-se à sanção prevista no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, às previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

9.3. As sanções de que tratam os itens 9.1 e 9.2 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 90, de 05 de agosto de 2014, (Anexo III do Edital) garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no endereço eletrônico www.esancoes.sp.gov.br, migrando automaticamente para o CAUFESP.

9.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.5. A aplicação das penalidades não impede a CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1- Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da execução do objeto, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações contraídas, integram esta ATA o EDITAL de Pregão Eletrônico nº 019/2019, acompanhada de seus Anexos, constantes do Processo nº 7353/2018 e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da eventual signatária que concordou em fornecer o produto pelo preço da primeira colocada.

10.2- A execução das contratações decorrentes do presente Registro de Preços serão disciplinadas pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos Estaduais nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, Decreto Estadual nº 63.722, de 21 de





setembro de 2018 e os Atos Normativos DPG nº 90, de 05 de agosto de 2014, e DPG nº 100, de 23 de outubro de 2014, aplicadas subsidiariamente as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, nas atuais redações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1- Os casos omissos nesta ATA serão solucionados com base na legislação Federal e, subsidiariamente, na legislação Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

12.1- Será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas desta ATA.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE
COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**RPC INFORMÁTICA LTDA. – EPP
MARCOS ANTÔNIO CONTE BRACCO
PROCURADOR**

TESTEMUNHAS:

Nome:
R.G. nº

Tiago Correa
Tiago Correa
RG: 42.917.090-7
Oficial de Defensoria Pública
Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Nome: *Enika Ferreira Santos de Albuquerque*
R.G. nº

RG: 2.102.153
Oficial de Defensoria Pública
Defensoria Pública do Estado de São Paulo





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço, para eventual fornecimento de monitores para uso nos Desktops da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1.1. ITEM 01 – Monitor de vídeo para Desktop

2.1.1.1. Quantidade: **250 (duzentos e cinquenta) unidades**, discriminadas conforme a tabela a seguir:

Participação exclusiva de empresas enquadradas como ME, EPP ou Cooperativas	
Quantidade	250 unidades

- 2.1.1.2. Tipo TFT (Thin Film Transistor) de Matriz Ativa e tecnologia LED policromático de 21,5 polegadas.
- 2.1.1.3. Formato padrão widescreen.
- 2.1.1.4. Resolução gráfica mínima suportada de 1920 x 1080 pixels a 60Hz.
- 2.1.1.5. Tempo de resposta no máximo de 6 milissegundos.
- 2.1.1.6. Tratamento de superfície antirreflexivo e antiestático.
- 2.1.1.7. Brilho de no mínimo 250 cd/m².
- 2.1.1.8. Relação de Contraste típico de no mínimo 1000:1.
- 2.1.1.9. Funções OSD (On Screen Display) para ajuste de brilho, contraste, posição horizontal-vertical, linguagem, regulagem de cor.
- 2.1.1.10. Base do monitor com ajuste de inclinação, ajuste de altura da tela de 110mm, pivô de rotação de 90°.
- 2.1.1.11. Deverá possuir 01 conector de sinal analógico DB15 VGA, 01 conector de sinal digital HDMI e 01 conector Display Port, para compatibilidade com os diversos computadores da Instituição.

f

lp



f



- 2.1.1.12. Fonte de alimentação do monitor de vídeo com ajuste automático, suportando faixa de tensão de 100VAC a 240VAC, a 50 ou 60Hz.
- 2.1.1.13. Deverá ser fornecido cabo de alimentação elétrica padrão brasileiro NBR 14136:2002.
- 2.1.1.14. Para cada monitor, deverá ser fornecido no mínimo 01 cabo Display Port, em compatibilidade com o conector disponibilizado no próprio equipamento.
- 2.1.1.15. O fornecimento do cabo padrão VGA é opcional.
- 2.1.1.16. Em conformidade com padrão VESA (100mm X 100mm).
- 2.1.1.17. Em conformidade com a norma TCO'03 ou Energy Star 5.0 e/ou registrado no EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) como categoria Gold comprovado no site www.epeat.net.
- 2.1.1.18. Deverá ser entregue na cor preta.
- 2.1.1.19. Para compatibilidade com os modelos de suporte para equipamentos do tipo ultra-desktop (mini-pcs) da Instituição, a base de sustentação do monitor deverá permitir sua remoção, sendo preferencialmente fixada na parte traseira, utilizando padrão VESA ou, caso a base seja fixada na parte inferior do monitor, deverá permitir a remoção da base sem afetar sua estrutura ou qualquer dano, permitindo ainda sua recolocação, com ou sem uso de ferramentas.

3. DA GARANTIA E SUPORTE

- 3.1. Para o monitor, deverá ser entregue garantia do tipo "Balcão", por um período mínimo de 12 meses, a contar da data de emissão da nota fiscal.
- 3.2. Para o cabo de vídeo solicitado no item 2.1.1.14, a garantia mínima deverá ser de 03 meses, do tipo "Balcão", a contar da data de emissão da nota fiscal.
- 3.3. Em caso de defeito do cabo de vídeo dentro do período de garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição por novos cabos, com as mesmas características, dentro do prazo máximo de 10 dias úteis a solicitação por parte da equipe técnica da CONTRATANTE.
- 3.4. Para o monitor, a CONTRATADA deverá ofertar equipamento que possua no mínimo 01 assistência técnica dentro do município de São Paulo, com prazo de solução de até 15 dias úteis, após a entrega dos itens para uma assistência técnica credenciada pelo fabricante.
- 3.5. Entende-se como solução, o perfeito funcionamento do equipamento.





4. DAS AMOSTRAS

- 4.1. A DPESP solicitará à licitante detentora da melhor proposta amostra do equipamento, com a pertinente documentação, para verificar conformidade com as características técnicas que constam das especificações deste Termo de Referência.
- 4.2. A amostra será testada contra as especificações contidas no edital com objetivo de aferir a sua total compatibilidade.
- 4.3. A DPESP irá proceder a análise em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da amostra. A Licitante deverá corrigir eventuais inconformidades no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do resultado da análise da amostra pela DPESP.
- 4.4. Caso a amostra apresente problemas de funcionamento durante a análise técnica ou configuração inferior à especificada, que não sejam corrigidos no prazo estipulado acima, será automaticamente desclassificada.
- 4.5. A amostra deverá ser entregue na CTI da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, situado na Rua Boa Vista, 200, 2º andar, Sé – São Paulo/SP, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00 às 17h00, mediante agendamento prévio junto ao Senhor Rodrigo Yukio Ansai, o qual poderá ser contatado pelo telefone (11)3105-9040 ramal 227, ou ainda pelo e-mail institucional ryansai@defensoria.sp.def.br.

5. DAS PROPOSTAS

- 5.1. A proposta deverá seguir modelo em anexo ao Edital (Anexo II).
- 5.2. A empresa licitante deverá apresentar quando solicitado, os documentos comprobatórios para comprovação quanto ao atendimento dos requisitos do Edital.
- 5.3. Os itens ofertados e entregues deverão ser novos e sem uso anterior.

6. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 6.1. O prazo de entrega deverá ser de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação para fornecimento.
- 6.2. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, situado na Rua Coronel Albino Bairão, nº 160, CEP 03054-020, Belenzinho, Capital Paulista, de 2ª a 6ª feira, mediante agendamento prévio com os senhores André Conti Nogueira ou Guilherme Henrique Kollar, os quais

f

g





poderão ser contatados pelo telefone (11) 3101-9657, ou ainda pelo e-mail institucional dlo@defensoria.sp.def.br.

6.3. Na hipótese de superveniente modificação técnica do equipamento, ou de algum de seus componentes, pela fabricante do produto ofertado ou ocorrência de fato relevante e inerente ao mercado a contratada poderá solicitar a substituição do produto desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

6.3.1. Comprovação de que a modificação tecnológica promovida pelo fabricante ocorreu em data posterior à da apresentação das propostas;

6.3.2. Que o produto a ser entregue ostente tecnologia equivalente ou superior à do equipamento ofertado, e que atenda integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;

6.3.3. Que não implique majoração do preço contratado;

6.3.4. Que a substituição seja expressamente autorizada pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE, após aprovação técnica do novo modelo.

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. O objeto da presente licitação, será recebido provisoriamente em até 7 dias úteis, contados da data da entrega dos bens, no local e endereço indicados no subitem 6.2, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

7.2. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

7.3. Os equipamentos estarão sujeitos a conferência no momento da entrega e, verificando-se a existência de defeitos ou quaisquer divergências com as descrições constantes do termo de referência, os equipamentos não serão aceitos, neste caso a CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para providenciar outros produtos que atendam às especificações exigidas, hipótese em que não será admitida a estipulação de novo valor distinto daquele proposto inicialmente.

7.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 10 dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.





8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 8.1. Os equipamentos deverão seguir rigorosamente todas as características contidas no termo de referência.
- 8.2. A abertura dos chamados técnicos e o atendimento da assistência técnica devem ter a cobertura mínima de segunda-feira a sexta-feira no horário comercial.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 9.1. Indicar, formalmente, gestor para acompanhamento da execução da contratação;
- 9.2. Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1. Os documentos relativos à qualificação técnica apresentam-se como de substancial importância, assim como os demais documentos, visto que tem como objetivo, assegurar que a Administração formalize contrato com a LICITANTE que demonstre pertinente capacidade técnica para execução do objeto licitado.
- 10.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, mediante a apresentação de Certidão (ões) ou Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE tenha executado fornecimento equivalente ou similar, em conformidade com as características técnicas do objeto previstas neste Termo de Referência.
- O(s) documento(s) deve(m) conter o nome, o endereço e o telefone do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para que a DPESP possa manter contato com a(s) entidade(s) atestante(s).

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: DPE/SP]

12



ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente aquisição será formalizada mediante assinatura de instrumento de contrato, nos termos da Lei Estadual nº. 6.544, de 22 de novembro de 1989, e alterações posteriores, e da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

2. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

2.1. A validade das propostas deverá ser de, no mínimo 90 (noventa) dias contados a partir de sua apresentação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- I – Indicar, formalmente, gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- II – Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- III – Efetuar o pagamento de acordo com as disposições legais.

4. DAS SANÇÕES

4.1. Em caso de descumprimento de alguma das cláusulas estabelecidas no Termo de Referência e seu Anexo, a CONTRATADA sujeita-se à sanção prevista no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 “Lei do Pregão”, e subsidiariamente, às previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 “Lei Geral de Licitações”, e do Ato Normativo DPG nº 90/2014.

5. DO PAGAMENTO

5.1. A empresa deverá estar devidamente cadastrada e ativa no CAUFESP, seguindo as orientações contidas no site através do endereço:

[http://www.bec.sp.gov.br/Caufesp/\(S\(jugfjs45h4slobibkfkzcyjc\)\)/Publico/ComoCadastrar.aspx?chave](http://www.bec.sp.gov.br/Caufesp/(S(jugfjs45h4slobibkfkzcyjc))/Publico/ComoCadastrar.aspx?chave)

5.2. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente da Detentora junto ao Banco do Brasil, no prazo de 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal/fatura





correlata, desde que apresentado o Termo de Recebimento Definitivo emitido por Servidor responsável.

5.2.1. Para fins de envio da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá considerar o endereço do Setor de Protocolo da Coordenadoria Geral de Administração, situado na Rua Líbero Badaró, 7º Andar, Centro, CEP 01008-000, Cidade e Estado de São Paulo.

5.2.2. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 5.2 começará a fluir a partir da data de apresentação após a data de apresentação válida.

5.3. Na ocorrência de atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, bem como juros moratórios, estes à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata tempore*", em relação ao atraso verificado.

5.4. Os preços são fixos e irredutíveis, salvo nos casos de redução dos preços mediante pesquisa periódica a ser realizada pelo gestor da ARP.

f

ge





RPC **Informática**

São Paulo, 28 de junho de 2019

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2019
PROCESSO nº 7353/2018
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MONITORES PARA
USO NOS DESKTOPS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO –
EXCLUSIVO PARA ME E EPP

**ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**

Nome da empresa: RPC Informática LTDA
CNPJ: 65.622.946/0001-35
Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 4857
Telefone: (11) 21644550

Objeto: Ata de Registro de Preços para aquisição de monitores para uso nos Desktops da
Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Item	Descrição do material	Marca/Modelo	Qt.	Valor Unitário	Valor Total
01	2.1.1.2. Tipo TFT (Thin Film Transistor) de Matriz Ativa e tecnologia LED policromático de 21,5 polegadas. 2.1.1.3. Formato padrão widescreen. 2.1.1.4. Resolução gráfica suportada de 1920 x 1080 pixels a 60Hz. 2.1.1.5. Tempo de resposta no máximo de 6 milissegundos. 2.1.1.6. Tratamento de superfície antirreflexivo e antiestático. 2.1.1.7. Brilho de 250 cd/m2. 2.1.1.8. Relação de Contraste (típico de 1000:1, 2.1.1.9. Funções OSD (On Screen Display) para ajuste de brilho, contraste, posição horizontal-vertical, linguagem, regulagem de cor. 2.1.1.10. Base do monitor com ajuste de inclinação, ajuste de altura da tela de 110mm, pivô de rotação de 90°. 2.1.1.11. Possuir 01 conector de sinal analógico DB15 VGA, 01 conector de sinal digital HDMI e 01 conector Display Port, para compatibilidade com os diversos computadores da Instituição. 2.1.1.12. Fonte de alimentação do monitor de vídeo com ajuste automático, suportando faixa de tensão de 100VAC a 240VAC, a 50 ou 60Hz. 2.1.1.13. Fornecido cabo de alimentação elétrica padrão brasileiro NBR 14136:2002. 2.1.1.14. Para cada monitor, será fornecido 01 cabo Display Port, em compatibilidade com o conector disponibilizado no próprio equipamento. 2.1.1.15. O fornecimento do cabo padrão VGA é	LG 22MP55PJ	250	646,00	161.500,00 (cento e sessenta e um mil e quinhentos reais)

Rua Voluntários da Pátria, 4857 – Sala 12 – Santana – São Paulo / SP – CEP.: 02401-400





RPC Informática

opcional. 2.1.1.16. Em conformidade com padrão VESA (100mm X 100mm). 2.1.1.17. Em conformidade com a norma TCO'03 ou Energy Star 5.0 e/ou registrado no EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) como categoria Gold comprovado no site www.epeat.net. 2.1.1.18. Será entregue na cor preta. 2.1.1.19. Para compatibilidade com os modelos de suporte para equipamentos do tipo ultra-desktop (mini-pcs) da Instituição, a base de sustentação do monitor permite sua remoção, sendo preferencialmente fixada na parte traseira, utilizando padrão VESA ou, caso a base seja fixada na parte inferior do monitor, permite a remoção da base sem afetar sua estrutura ou qualquer dano, permitindo ainda sua recolocação, com ou sem uso de ferramentas.				
---	--	--	--	--

OBSERVAÇÕES PERTINENTES

1) Declaramos que elaboramos nossa proposta atendendo a todas as condições e especificações previstas no Termo de Referência referente ao processo de nº 7353/2018 e, em caso de fornecimento, temos ciência de que se o produto entregue for diverso daquele ora orçado e a ser licitado, o mesmo não será aceito e o licitante terá seu nome lançado no rol das empresas sancionadas junto ao portal da transparência no sítio da DPESP, sendo impedido de licitar com este órgão durante o período que ali for determinado, sem que haja prejuízo das demais penalidades prescritas em lei.

2) Os preços são finais e neles estão inclusos todos os custos, tributos, encargos sociais e demais despesas relativas ao fornecimento, objeto desta licitação, de forma a se constituírem na única contraprestação a ser paga pela Defensoria Pública;

3) A presente proposta é válida pelo período de 90 (noventa) dias a contar da data máxima para sua apresentação;

4) Segue anexa a indicação do número da Conta Corrente e Agência da Instituição financeira Banco do Brasil S.A em que somos correntistas.
Ag. 300X
CC. 101505-2

4) Dados do responsável pela assinatura do Instrumento da Ata e Contrato:
Nome: Marcos Antonio Conte Bracco
Nacionalidade: Brasileiro
Estado civil: casado
Profissão: Vendedor
Cargo: Gerente Contas - Governo
RG: 10.164.127-8
CPF: 134.572.578-76
e-mail: bracco@mwmicroware.com.br
Telefone: (11) 21644557





RPC **Informática**

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, nossa Proposta relativa à licitação em epígrafe assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação.

RPC Informática LTDA-EPP


Marcos Antonio Conte Bracco
Gerente Contas - Governo

65.622.946/0001-35

RPC INFORMATICA LTDA

Rua Voluntários da Pátria, 4857 - Sl. 12
Santana - CEP 02401-400

SÃO PAULO - SP











ANEXO III

ATO NORMATIVO DPG Nº 90, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Disciplina os procedimentos voltados ao processo administrativo sancionatório previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Estadual nº 10.177, de 30.12.98, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Considerando a autonomia administrativa da Defensoria Pública, instituída pelo § 2º do artigo 134 da Constituição Federal;

Considerando o disposto no artigo 19, inciso XXI, da Lei Complementar estadual nº 988/06;

Considerando a necessidade de uniformização do fluxo dos procedimentos regulados pela Lei Estadual nº 10.177, de 30.12.98;

Considerando a necessidade de observação do devido processo legal, nos termos do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal e nas Leis federais nº 8.666/93 e 10.520/2002;

Considerando a competência concorrente da Coordenadoria Geral de Administração, da Assessoria de Convênios e da Escola da Defensoria Pública do Estado para a prática de atos e instauração de procedimentos de apuração de infração de contratos e outros ajustes no rol das atribuições de cada órgão.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 19, I e II, da LC nº 988/06, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O processo administrativo sancionatório previsto na Lei Estadual nº 10.177, de 30.12.98, obedecerá ao disposto no presente Ato e deverá ser observado nas hipóteses de violação às normas estabelecidas na Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989; nas Leis Federais nº 8.666, de 21.06.93, e nº 10.520, de 17.07.02, bem como em outros diplomas legais aplicáveis às contratações, aos convênios e outras modalidades de parceria firmados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei Estadual nº 10.177, de 30.12.98.

CAPÍTULO II

DA FASE DE CONHECIMENTO

[Assinaturas manuscritas]



[Assinatura manuscrita]



Art. 2º. Verificados os indícios de ocorrência de infração às normas referidas no artigo 1º deste Ato, o Defensor Público ou o servidor responsável pela condução do processo administrativo licitatório, ou pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste, conforme o caso, representará à autoridade competente para a apuração dos fatos.

§1º - A representação poderá ser precedida de diligências voltadas à apuração preliminar dos fatos e das circunstâncias envolvidas na conduta praticada pelo licitante, pelo contratado, pelo conveniado ou pelo ente parceiro, que será designado por interessado na autuação.

§2º - Após as diligências preliminares, persistindo os indícios, o representante deverá relatar a conduta do interessado, os motivos que justificariam a incidência de sanção administrativa e seu fundamento legal, contratual e convencional, conforme o caso.

§3º - Qualquer pessoa poderá trazer à Defensoria Pública do Estado informações e notícias de fatos que possam caracterizar as infrações administrativas passíveis de apuração em procedimento sancionatório.

§4º - As autoridades competentes para instaurar o procedimento sancionatório e também para proferir a decisão são o Defensor Público Coordenador Geral de Administração, o Defensor Público Diretor da Escola da Defensoria Pública e o Defensor Público responsável pela Assessoria de Convênios, de acordo com suas respectivas áreas de atuação.

Art. 3º. Oferecida a representação, a autoridade competente deverá instaurar o procedimento sancionatório, mediante edição de portaria, que conterá, com o maior detalhamento possível:

I - a identificação dos interessados;

II - a narração dos fatos que constituem a conduta irregular a ser apurada;

III - a remissão às normas legais, contratuais e convencionais violadas e à sanção aplicável;

IV - o prazo e o local para apresentação da defesa.

§1º - A portaria de instauração será instruída com os documentos necessários a provar as irregularidades apontadas, sem prejuízo dos demais meios de prova que serão utilizados em fase própria de instrução.

§2º - A Administração poderá se utilizar de fotografias ou qualquer outro meio mecânico ou eletrônico, bem como de laudos técnicos, a critério da autoridade que instaurou o processo, a fim de materializar a irregularidade.

Art. 4º. Instaurado o processo sancionatório, os autos ficarão a cargo da Comissão Processante Administrativa ou de servidor, a quem incumbirá a realização dos atos de expediente para o seu devido processamento.

Art. 5º. O interessado será citado por carta com aviso de recebimento, podendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da carta:

I - oferecer defesa, indicando os fatos e fundamentos de direito que embasam sua irresignação;

II - juntar documentos;

III - indicar outros meios de prova pretendidos, com rol de testemunhas, se oral, e assistente técnico e quesitos, se pericial, justificando sua pertinência.

§1º - Frustrada a citação por carta, a mesma será feita por edital publicado no Diário Oficial do Estado, contando-se o prazo previsto pelo caput da efetiva publicação.





§2º - Toda a prova documental deve instruir a defesa, de modo que a juntada posterior de documentos deverá ser motivada quanto à indisponibilidade da prova no momento próprio.

§3º - Existindo necessidade de juntada de documentos aos autos pela Administração em momento posterior ao início do prazo de defesa, ao interessado será conferido prazo de 7 (sete) dias para sobre eles se manifestar, se maior prazo não lhe for assinado pela presidência da CPA ou servidor designado em razão da complexidade da prova.

Art. 6º. Transcorrido o prazo de defesa, a CPA ou o servidor designado deverá remeter os autos à autoridade competente para:

I - deferir ou indeferir, motivadamente, as provas postuladas ou produzidas pelo interessado;

II - determinar a realização das diligências que reputar pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

III - designar audiência de instrução, ou

IV - declarar encerrada a instrução em caso de revelia, se a representação estiver suficientemente instruída ou se todas as provas já estiverem encartadas aos autos.

Parágrafo único - As provas somente poderão ser indeferidas quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 7º. Em caso de dilação probatória, o interessado será intimado para:

I - acompanhar a produção das provas orais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias;

II - formular quesitos e indicar assistente técnico, quando necessária prova pericial, no prazo de 7 (sete) dias.

Art. 8º. O órgão competente para instrução poderá requisitar informações de outros órgãos diretamente, independentemente de vinculação hierárquica, mediante ofício ou envio dos autos do procedimento sancionatório.

§1º - Durante a instrução, será concedida vista dos autos ao interessado ou ao seu advogado devidamente constituído, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.

§2º - A concessão de vista será obrigatória no prazo para manifestação do interessado ou para apresentação de recursos.

Art. 9º. Concluída a instrução, o interessado será intimado para apresentar, em 7 (sete) dias, suas alegações finais, para as quais terá vista dos autos.

Art. 10. Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, com ou sem as alegações finais, os autos serão relatados e encaminhados à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral para análise e parecer jurídico, que será proferido no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 11. Com a análise jurídica, os autos serão submetidos à autoridade competente, que deverá proferir decisão devidamente motivada, no prazo de 20 (vinte) dias.

CAPÍTULO III DA FASE RECURSAL





Art. 12. Da decisão proferida pela autoridade competente caberá recurso ao Defensor Público-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da carta de intimação.

§1º - O recurso será protocolizado junto à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que o receberá no efeito suspensivo, exceto quando se tratar de aplicação de medidas cautelares.

§2º - A autoridade que proferiu a decisão poderá reconsiderá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da interposição do recuso.

§3º - Caso não se retrate, a autoridade remeterá os autos à Assessoria Jurídica, que deverá se manifestar no prazo de 20 (vinte) dias.

§4º - Após encartar aos autos sua manifestação, a Assessoria Jurídica remetê-los-á à Defensoria Pública-Geral, para que profira decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§5º - Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "convite" os prazos estabelecidos nos parágrafos segundo e quarto serão de dois dias úteis.

CAPÍTULO IV DAS MEDIDAS URGENTES

Art. 13. Antes ou no curso do processo sancionatório, em caso de extrema urgência, a Administração poderá adotar as medidas cautelares no âmbito do processo das contratações, convênios e parcerias firmados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo que ensejou a apuração, desde que estritamente indispensáveis à eficácia do ato final, por meio de decisão fundamentada no interesse público, em especial, para preservação da segurança na prestação do serviço público aos usuários da Defensoria Pública.

§1º - Os processos sancionatórios em que forem aplicadas medidas cautelares terão prioridade sobre todos os outros.

§2º - As medidas cautelares de que trata o caput são aquelas previstas no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da rescisão unilateral.

§3º - Ao interessado será garantido o contraditório, ainda que diferido, concedendo-se prazo de 7 (sete) dias contados da intimação.

§4º - Havendo manifestação do interessado, antes de ser proferida a decisão pela autoridade competente, será ouvida a Assessoria Jurídica, que se manifestará no prazo de 20 (vinte) dias.

§5º - Da decisão de que trata o parágrafo anterior, caberá recurso ao Defensor Público-Geral, no prazo de 05 (cinco) dias.

§6º - O recurso será recebido sem efeito suspensivo e observará, quanto à sequência procedimental, o previsto pelo artigo 12 deste Ato.

CAPÍTULO V DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 14. As penalidades a serem aplicadas em caso de procedência do procedimento sancionatório são aquelas previstas na Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989;

f g

21



nas Leis Federais nº 8.666, de 21.06.93, e nº 10.520, de 17.07.02, bem como outras especificadas nos instrumentos de convênio e parcerias.

Art. 15. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, retirar ou receber a Ordem de Execução de Serviços, apresentar os documentos necessários ou, ainda, praticar ou deixar de praticar qualquer ato que impossibilite a emissão da Nota de Empenho, ensejará a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) a 100% (cem por cento) do valor do respectivo ajuste.

Art. 16. Pela inexecução total ou parcial do ajuste poderá ser aplicada multa:

I - de 30% (trinta por cento) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias, serviços ou obras não entregues ou da obrigação não cumprida;

II - no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação ou contratação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

§1º - A base de cálculo para a multa referida no inciso I será o valor original da contratação reajustado até a data da aplicação da penalidade pela variação do índice previsto no contrato ou de outro que venha a substituí-lo.

§2º - Na hipótese do parágrafo anterior, inexistindo índice contratual, será utilizado o IPC-FIPE ou outro que venha a substituí-lo.

§3º - Na aplicação da multa a que se refere o inciso I, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues, os prejuízos causados à Defensoria Pública e a reincidência da contratada.

§4º - As multas estabelecidas nos incisos I e II são alternativas, devendo a Defensoria Pública optar, a seu critério, por uma delas.

Art. 17. O atraso injustificado na execução do contratado acarretará a aplicação de multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, nos seguintes patamares:

I - de 0,5% (meio por cento) ao dia até o 15º dia de atraso;

II - de 1% (um por cento) ao dia a partir do 16º dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias.

§1º - Atraso superior a 30 (trinta) dias caracteriza inexecução total ou parcial, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo anterior.

§2º - Por critério de conveniência e oportunidade e quando o interesse público o recomendar, a Administração poderá aceitar o objeto do contrato com atraso superior a 30 (trinta) dias, caso em que, além das sanções previstas pelos incisos I e II deste artigo, aplicará ao contratado multa única de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação cumprida com atraso.

§3º - Na aplicação da multa a que se refere o parágrafo anterior, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues, os prejuízos causados à Defensoria Pública e a reincidência da contratada.

§4º - As multas aludidas neste artigo não impedem que a Defensoria Pública rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

Art. 18. O valor das multas será descontado do primeiro pagamento após sua imposição, respondendo por ela a garantia oferecida e os pagamentos futuros pela diferença, se houver, facultado o recolhimento ao tesouro do Estado.





Parágrafo único - Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Defensoria Pública ou cobrada judicialmente.

Art. 19. Ressalvado o disposto no §3º do artigo 16, as multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

Art. 20. As multas serão corrigidas monetariamente de acordo com a variação da UFESP, até a data de seu efetivo pagamento.

Art. 21. No caso de penalidade pecuniária, o sancionado será intimado por via postal a efetuar o pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, caso seja inviável a compensação com eventuais créditos retidos.

Parágrafo único - Em caso de inadimplemento da multa, total ou parcial, serão adotadas as medidas cabíveis para a cobrança judicial e para a inscrição do sancionado nos cadastros de inadimplentes com o Poder Público.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. As intimações dos despachos, decisões interlocutórias e finais serão feitas por meio de carta com aviso de recebimento, iniciando-se eventual prazo para o interessado do recebimento da correspondência.

§1º - São válidas as intimações dirigidas ao endereço do interessado declinado no instrumento contratual ou convencional, cumprindo-lhe atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§2º - Sem prejuízo da regra prevista pelo caput, o dispositivo das decisões que encerrarem a fase de conhecimento será publicado no Diário Oficial do Estado após o transcurso do prazo recursal.

§3º - Na hipótese do parágrafo anterior, interposto recurso administrativo, a publicação da decisão será realizada em conjunto com a que julgar o recurso.

Art. 23. As petições poderão ser encaminhadas por via postal, sendo consideradas, para efeito de prazo, as datas de postagem.

Art. 24. O procedimento sancionatório será sigiloso até decisão final, salvo em relação ao interessado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse.

Parágrafo único - Incidirá em infração disciplinar grave o servidor que, por qualquer forma, divulgar irregularmente informações relativas à acusação, ao acusado ou ao procedimento.

Art. 25. O Coordenador Geral de Administração, o Diretor da EDEPE e o Defensor Público responsável pela Assessoria de Convênios poderão baixar, mediante portaria, normas complementares às estabelecidas no presente ato, regulamentando os procedimentos no âmbito das respectivas Unidades.

Art. 26. O presente Ato aplica-se aos processos administrativos sancionatórios para os quais não tenha havido decisão administrativa irrecurável, no que couber.

Art. 27. O procedimento sancionatório instaurado deverá possuir numeração e registro em livro próprio, iniciada anualmente nova contagem.








Art. 28. Quando este Ato não dispuser sobre prazo específico para a prática do ato, deverão ser respeitados aqueles previstos pelo artigo 32 da Lei Estadual nº 10.177, de 30.12.98.

Art. 29. As normas estabelecidas neste Ato deverão constar em todos os instrumentos convocatórios de licitações em geral, em todos os contratos administrativos efetivamente celebrados e em todos os termos de convênio e de cooperação efetivamente assinados.

Art. 30. As disposições deste Ato aplicam-se aos contratos ou instrumentos substitutivos que, nos termos da legislação vigente, forem realizados com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 31. O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Ato Normativo DPG nº 01, de 09 de maio de 2007 e as demais disposições em contrário.

f

